

---

## O JORNALISMO HUMANITÁRIO INCLUSIVO COMO ALTERNATIVA À ABORDAGEM CAPACITISTA DO AUTISMO<sup>1</sup>

Amanda GANZAROLLI<sup>2</sup>  
Cilene VICTOR<sup>3</sup>

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

### RESUMO

A adjetivação na redação jornalística é objeto de debate na área há muito tempo, mas quando a deficiência é usada para adjetivar algo, o assunto ganha ainda mais relevância, uma vez que esse recurso pode contribuir para a perpetuação de abordagens preconceituosas e capacitistas. Neste contexto, o objetivo deste artigo é posicionar o jornalismo humanitário inclusivo como uma das alternativas a essa prática que tem resultado em uma cobertura desatenta aos direitos humanos da pessoa com deficiência, especialmente ao usar o autismo para adjetivar atitudes de pessoas ou situações. O referencial teórico compreende os estudos no campo do jornalismo humanitário inclusivo (VICTOR e JULIOTTI, 2021; JULIOTTI, 2022) e da comunicação e direitos humanos (LIESEN, 2020). Adota-se a metodologia da análise de conteúdo, de base quantitativa (LYNCARIÃO e SAMPAIO, 2021), das matérias publicadas na Folha de S.Paulo em suas edições digitais no período de julho de 1994 a 2022.

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalismo humanitário inclusivo; autismo; capacitismo e PcD; luta por reconhecimento.

### INTRODUÇÃO

No Brasil, o autismo vem ganhando destaque nos últimos anos devido ao crescimento de perfis de pessoas com deficiência e de pessoas públicas com grande alcance que discutem a deficiência, partindo, muitas vezes, de uma questão familiar, como no caso do apresentador Marcos Mion (TV GLOBO), pai do autista Romeu, de 16

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Membro do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions, e-mail: [aamandaganzarolli@gmail.com](mailto:aamandaganzarolli@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Líder do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions, e-mail: [cilene.victor@metodista.br](mailto:cilene.victor@metodista.br)

---

anos. Importante salientar que, segundo Tiago Abreu, autista, jornalista e criador do podcast *Introvertendo*<sup>4</sup>, durante as décadas de 1940 e 1960, o assunto tinha mais visibilidade em países anglófonos devido ao ativismo e aos estudos da deficiência realizados pelos ingleses Mike Oliver, Paul Abberley e Vic Finkelstein, teóricos do modelo social da deficiência (ABREU, 2022, p.13).

Dados recentes revelam que, de acordo com o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos, a cada 44 crianças nascidas no país uma tem o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) (CDC, 2021). No Brasil, não existem estatísticas, uma vez que no país os autistas só serão contemplados no próximo Censo, previsto para ser realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em agosto de 2022. A inclusão de perguntas e especificidades do TEA no Censo 2022 foi garantida por meio da Lei nº 13.861 de 2019, que altera a Lei nº 7.853 de 1989. Com a entrada da nova CID-11 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde), em 2022, lançado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a abordagem do autismo entra em nova fase, com a inclusão do Transtorno Autista e a exclusão da Síndrome de Rett (ICD, 2022, online). Com a inclusão da Síndrome de Asperger no mesmo diagnóstico do autismo, vislumbra-se uma nova perspectiva de inclusão, antes deixada de lado para autistas considerados de baixo funcionamento.

A CID é importante porque fornece uma linguagem comum para registro, notificação e monitoramento de doenças. Isso permite que o mundo compare e compartilhe dados de maneira consistente e padronizada – entre hospitais, regiões e países e por períodos de tempo. Facilita a coleta e armazenamento de dados para análise e tomada de decisão baseada em evidências (OMS, 2022, tradução nossa).

Identificado pelo código 6A02, o autismo está incluído na nova CID como um dos distúrbios do neurodesenvolvimento, cujo diagnóstico deve considerar as seguintes limitações: compreensão; interesse ou respostas inadequadas às comunicações sociais verbais ou não verbais de outras pessoas; integração da linguagem falada com dicas não verbais complementares típicas; compreensão e uso da linguagem em contextos sociais e

---

<sup>4</sup> Criado por autistas em 2011, *Introvertendo* é um podcast que promove discussões sobre autismo, saúde mental, cidadania, cultura e inclusão com a participação plena de autistas.

capacidade de iniciar e manter conversas sociais recíprocas; consciência social; levando a comportamentos que não são adequados ao contexto social; capacidade de imaginar e responder aos sentimentos e atitudes dos outros; compartilhamento mútuo de interesses e a capacidade de fazer e manter relacionamentos típicos de pares (ICD, 2022, online). Porém, mesmo com as recentes alterações feitas na Classificação Internacional de Doenças, várias batalhas ainda precisam ser vencidas, uma delas é contra o capacitismo, inclusive na abordagem da imprensa. Nas palavras de Liesen (2020, p.30), “por trás de toda definição ou inclusão em uma categoria ou grupo, há sempre um processo de exclusão”. Nessa perspectiva, este trabalho tem como propósito posicionar o jornalismo humanitário inclusivo como meio para inibir a prática de fazer da deficiência um adjetivo negativo para classificar atitudes ou fatos. O referencial teórico compreende os estudos no campo do jornalismo humanitário inclusivo (VICTOR e JULIOTTI, 2021; JULIOTTI, 2022), da comunicação e direitos humanos (LIESEN, 2020). Adota-se a metodologia da análise de conteúdo, de base quantitativa, fundamentada em Lyncarião e Sampaio (2021), das matérias publicadas no jornal Folha de S.Paulo em suas edições digitais no período de julho de 1994 a 2022.

## **O AUTISMO - DAS ABORDAGENS MÉDICAS ÀS SOCIAIS**

De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), o autismo se define como:

Uma série de condições caracterizadas por algum grau de comprometimento no comportamento social, na comunicação e na linguagem, e por uma gama estreita de interesses e atividades que são únicas para o indivíduo e realizadas de forma repetitiva. O TEA começa na infância e tende a persistir na adolescência e na idade adulta. Na maioria dos casos, as condições são aparentes durante os primeiros cinco anos de vida. Indivíduos com transtorno do espectro autista frequentemente apresentam outras condições concomitantes, incluindo epilepsia, depressão, ansiedade e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). O nível de funcionamento intelectual em indivíduos com TEA é extremamente variável, estendendo-se de comprometimento profundo até níveis superiores (OPAS, 2022, online).

Embora novas descobertas na área da saúde e a concepção e implementação de leis e manuais com o objetivo de proteger a pessoa com autismo, como por exemplo o Manual dos Direitos da Pessoa com Autismo em São Paulo (2021), tenham trazido mudanças importantes, o cenário do capacitismo, especialmente na mídia, ainda é um

---

grande desafio. O fato de haver pouca ou nenhuma presença de profissionais com deficiência nas empresas de comunicação também contribui para a perpetuação de um contexto excludente e preconceituoso em relação aos PcD, como este estudo pretende discutir.

Os esforços jornalísticos para apoiar a diversidade, equidade e inclusão na última década foram ineficazes na criação de mudanças dinâmicas nas histórias, fontes e equipes de veículos de notícias no Brasil. A discussão, portanto, se centraliza na relevância da diversidade cognitiva nas redações e empresas jornalísticas, enfatizando a importância de monitorar não apenas a presença, mas também a posição ocupada por profissionais que se autodeclararam membros de grupos sub-representados na sociedade (JULIOTTI, 2022, p.81).

Por conseguinte, o atraso e o pouco investimento em pesquisas sobre a deficiência refletem no baixo volume de estudos, estatísticas e dados sobre esse assunto. Um exemplo disso é a data de publicação do Relatório Mundial da Deficiência, cuja edição mais recente é de 2011, o que significa uma lacuna de onze anos. Em relação ao ativismo, houve uma mudança entre as décadas, principalmente com a chegada da internet, o que possibilitou a conexão de familiares de autistas com o intuito de trabalharem na inclusão.

A solidariedade pode ser considerada um dos sentimentos que articulam a existência do ativismo em autismo, embora a forma de expressá-la seja distinta ao longo das décadas. Embora as associações de mães e pais de autistas tenham um papel fundamental na história do autismo e no processo de construção dos sujeitos políticos da causa, há indícios da emergência de uma nova compreensão do que seja lutar na causa do autismo, dando prioridade a um ativismo individual, sem vinculações com ações coletivas (LOPES, 2019, p. 229).

Apesar do crescimento da solidariedade nas comunidades de mães, pais e outros familiares e do aumento de discussões que envolvem o tema nas redes sociais, protagonizadas pelas próprias pessoas com deficiência, como nos casos dos influenciadores brasileiros Ivan Baron, Lorrane Silva e Marcos Petry, estudos no campo do jornalismo humanitário inclusivo (VICTOR e JULIOTTI, 2021; JULIOTTI, 2022) têm revelado que a imprensa continua a cometer os mesmos erros em relação à pessoa com deficiência. Essa constatação está presente também neste estudo, especialmente a partir da análise de conteúdo, de foco quantitativo, que evidenciou a reprodução de uma abordagem capacitista.

Antes, porém, é importante percorrer alguns momentos e trajetórias da temática do autismo no mundo, visando salientar a lentidão dos processos de luta e inclusão do autista no Brasil. Na tabela, estão compilados alguns dos mais importantes acontecimentos relacionados ao autismo.

**Tabela 1: Marcos históricos sobre autismo ao longo das décadas -  
Brasil e Mundo**

<b>Data</b>	<b>Acontecimento</b>	<b>País</b>
1938	O psiquiatra austríaco Leo Kanner recebe Donald Triplett, de 5 anos, caso 1 de autismo	Estados Unidos
1943	Hans Asperger apresenta a tese de livre docência na Faculdade de Medicina “Psicopatia autística infantil”	Áustria
1948	Leo Kanner publica na Revista Time o artigo com a expressão “mãe geladeira”	Estados Unidos
1981	O termo Síndrome de Asperger é usado pela primeira vez em um artigo escrito pela psiquiatra Lorna Wing	Reino Unido
1992	O termo Síndrome de Asperger passa a ser oficial pela OMS	Vários países
2012	A associação Americana de psiquiatria introduz no manual o TEA	Estados Unidos
2012	Instituída a Lei 12.764 -Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	Brasil
2021	Lançamento do Manual dos Direitos da Pessoa com Autismo em São Paulo	Brasil
2022	Um novo CID (CID 11) entra em vigor - OMS	Vários Países

Fonte: DSM-5, 2013, online; Instituto Singular, 2022, online. Elaborado pelas autoras.

Com o intuito de identificar a abordagem capacitista da imprensa brasileira sobre o autismo, objeto central deste artigo, as autoras optaram pela análise da cobertura do

jornal Folha de S.Paulo, ou Folha, como será chamado neste artigo, por ser o diário com a maior média mensal de assinaturas, 337,857 exemplares diários, e a digital com 266.669. Quanto às métricas do portal, páginas vistas e visitantes únicos, a média mensal foi de 220,7 milhões e 27,7 milhões, respectivamente (FOLHA DE S.PAULO, 2021, online). Por meio de pesquisa nos arquivos da Folha, usando no buscador de notícias o filtro a palavra-chave “autismo”, o levantamento, que considerou o período de 1994 a 2022, resultou em 827 matérias. A imagem da nuvem de palavras a seguir representa alguns assuntos das notícias analisadas.

### Nuvem de palavras-chave assuntos mais citados Folha de S.Paulo entre 1994 e 2022



Fonte: 2022. Elaborado pelas autoras.

Um fato intrigante sobre esta análise foi identificar que mesmo com o aumento da migração e do refúgio no Brasil, nenhuma notícia sobre refugiados autistas, tema central de pesquisa conduzida por uma das autoras, foi encontrada no levantamento, o que reforça ainda mais a opacidade midiática desse grupo. Isso, por sua vez, revela a urgência de uma abordagem da temática do refúgio que considere a interseccionalidade, especialmente a

deficiência, como uma das condições primárias para o conhecimento da identidade social dos refugiados e, conseqüentemente, para a concepção de políticas públicas capazes de romper com a violação dos direitos humanos e civis desse grupo. A análise quantitativa traz pistas importantes de como o jornalismo tem atuado na cobertura de temas dessa natureza, quando os direitos humanos estão no centro da temática. Ao adotar abordagens capacitistas e conferir visibilidade a fontes diversas e menos aos protagonistas da temática da deficiência, como os autistas, o jornalismo vai na contramão do seu papel social que, segundo Victor (2020), é de guardião dos direitos humanos e civis. Na perspectiva do jornalismo humanitário, segundo a pesquisadora, a cobertura de temas dessa natureza deve se guiar pelo “como”, em detrimento ao “que”, reduzindo o risco de a imprensa perpetuar a violação dos direitos humanos que ela pretende denunciar (VICTOR, 2020).

Na visão de Juliotti (2022, p.85) “uma maior representatividade nas redações, no caso específico do jornalista com deficiência, garantiria uma prática do jornalismo humanitário inclusivo, emprestando do humanitarismo a valorização da vida humana, reduzindo o sofrimento e as desigualdades, visando o bem-estar humano”. Desta forma, por viver a deficiência, esse profissional concentraria mais seus esforços em “como” usar deficiências em matérias, como abordá-las, independente da editoria e do tipo de mídia.

Por esta razão, é imprescindível um olhar crítico e construtivo da atuação da mídia, especialmente no seu diálogo com os diversos grupos sociais e as comunidades. No caso da deficiência, as pesquisadoras têm identificado que somado à invisibilidade do tema está o recurso de uma narrativa midiática pouco plural, o que tende a perpetuar os estereótipos das pessoas com deficiência e dificultar o seu sentimento de pertencimento (VICTOR e JULIOTTI, 2021, p. 175).

A análise das 827 matérias foi dividida em 2 partes, o “que” e o “como”. Para este artigo, as autoras optaram por trazer apenas as categorias que ocuparam as primeiras três posições de cada, resultando assim em 219 (42,52%) matérias que trataram de filmes, séries para televisão e peças de teatro com autistas, 96 (18,64%) que referiam-se a estudos sobre o TEA na área da saúde e ciência e 78 (15,15%) matérias que trouxeram acontecimentos que envolviam a inclusão da pessoa com autismo.

Em relação ao *como*, ou seja, a abordagem do conteúdo, amparado nos preceitos do jornalismo humanitário inclusivo, foram usados como diretriz para a análise as seguintes expressões que denotam capacitismo: sofre de autismo; exemplo de superação;

normal como os outros; vida normal; quase autista; trajetória autista; problema do autismo; vítima do autismo e também descrições incorretas a respeito do TEA contrárias ao DSM-5. Desta forma, obteve-se 294 (44,48%) matérias com abordagem capacitista, 230 (34,8%) que trouxeram conteúdos neutros ou informativos e 137 (20,73%) que aplicaram uma linguagem inclusiva, ou seja, respeitaram as pessoas com deficiência, não apenas por proporcionar um texto informativo, mas também por contribuir com a inclusão. Das 294 matérias capacitistas, 222 (75,51%) foram produzidas pela imprensa. Significa dizer que a adjetivação do autismo ou a mensagem discriminatória da deficiência em outros contextos teve origem na própria redação da Folha. Ao adentrar em nosso principal objeto de estudo observou-se que pessoas de diversas áreas escreveram as matérias que trouxeram um discurso capacitista, ao usar a palavra autismo para menosprezar algo ou alguém. Dentro desse grupo, os profissionais identificados na assinatura do texto, como sendo jornalistas, equivalem a 44% das notícias. Das 222, apenas uma matéria critica o uso inadequado da palavra autismo. Escrito pelo jornalista Luiz Fernando Vianna e publicado na coluna de opinião, o texto breve, de 269 palavras, intitulado “O autismo e a política”, relata acontecimentos repletos de capacitismo dentro da política e da imprensa brasileira. Destaca-se o seguinte parágrafo:

Chamar Lula, o governo ou a equipe econômica de autista virou bordão na boca de colunistas de jornal (inclusive deste), empresários como Benjamin Steinbruch, políticos como Aécio Neves, Gustavo Krause e José Carlos Aleluia, intelectuais como Marilena Chaui, Renato Lessa e Luiz Carlos Mendonça de Barros, e políticos que já foram intelectuais como Fernando Henrique Cardoso. Nunca se ouviu desses seres públicos qualquer palavra no sentido de construir algo em prol dos autistas, embora a síndrome atinge uma em cada mil crianças nascidas no mundo, o desinteresse deles ajuda a entender por que jamais se fez um levantamento no Brasil. Mas, na hora de esbanjar ignorância e crueldade, eles não falharam (VIANNA, 2006, online).

O levantamento de uma única fala, de autoria de um colunista, que critica um texto publicado no jornal que usou o autismo como adjetivo, demonstra a falta de preocupação do veículo para debater temáticas que envolvam o capacitismo. Neste contexto, ressalta-se que embora o racismo e a gordofobia ainda estejam longe de ser combatidos pelos veículos jornalísticos, as discussões acerca desses dois temas têm alcançado certa visibilidade, como em dois casos recentes envolvendo a Folha. O primeiro, ocorrido em 2021, refere-se à repercussão de um artigo que enfatizou a forma física da cantora Marília



Mendonça, morta em um acidente aéreo. O texto *Marília Mendonça, rainha da sofrência, não soube o que é o fracasso*, de autoria do historiador Gustavo Alonso, foi alvo de crítica e acabou agendando e movimentando as mídias sociais. Bianka Viera, com a sua análise *Gordofobia não perdoou Marília Mendonça nem no dia de sua morte*, foi uma das autoras que rebateram Gustavo Alonso, dando eco à luta contra a gordofobia. O segundo caso, ocorrido em 2022, foi o impacto da publicação do texto *Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo*, escrito por Antonio Risério. Além da resposta de Petrônio Domingues, materializada no artigo *Racismo reverso' de Risério busca deslegitimar luta por igualdade racial*, que movimentou grandes discussões nas mídias sociais, os próprios jornalistas da Folha assinaram e divulgaram uma carta de repúdio que questionava o fato de o jornal ter amplificado tal abordagem racista<sup>5</sup>. Ambos são exemplos da preocupação do veículo em discutir essas temáticas, no entanto, não foram encontrados conteúdos de articulistas, colunistas ou mesmo profissionais da redação pedindo à Folha de S.Paulo que tratasse da inclusão e da pessoa com deficiência. Significa dizer que o uso da deficiência como recurso de adjetivação nos textos jornalísticos segue sem questionamentos, perpetuando a violação dos direitos humanos da pessoa com deficiência.

## **O DISCURSO CAPACITISTA CAMUFLADO DE OPINIÃO**

Entre as 222 matérias capacitistas, tendo como autores profissionais da imprensa, recorta-se três exemplos para mostrar a falta de uma abordagem amparada nos preceitos do jornalismo humanitário inclusivo, que pretende manter “um compromisso com a promoção da inclusão, baseado em perspectivas críticas dos estudos de mídia e nos princípios da diversidade e da não discriminação, para que possa atuar como um motor de transformação social” (VICTOR e JULIOTTI, 2021, p.179). Parte-se do pressuposto que mesmo que o texto tenha sido escrito por alguém de fora da redação da Folha, e que não seja um profissional da área de comunicação, o veículo é responsável por aprovar a publicação e amplificar aquele conteúdo capacitista.

---

<sup>5</sup> Folha é acusada de veicular textos racistas em busca de audiência, de Suzana Singer: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/01/foilha-e-acusada-de-veicular-textos-racistas-em-busca-de-audiencia.shtml>

### **Caso 1:**

**Título:** Não há paz sem luta

**Autor:** Anna Veronica Mautner, psicanalista

**Trecho do texto:** “Não podendo trocar ideias sobre o que se come, o que se vê e se lê, que graça tem partilhar com esse desconhecido "outro"? Imaginando que possamos ser bem-sucedidos nesse isolamento quase *autista*, como vamos reagir se alguém esbarrar em nós ou quando um carro nos der uma cortada?”

### **Caso 2:**

**Título:** A difícil convivência com a ignorância

**Autor:** Luiz Carlos Mendonça De Barros, engenheiro e economista

**Trecho do texto:** “Mas o governo continuou na sua posição *autista* e imperial em relação à sociedade. Apertou ainda mais as metas de inflação, decidiu implantar um novo regime de liquidação de pagamentos no sistema financeiro, liberou a Petrobras de qualquer regra na fixação dos preços dos derivados de petróleo e resolveu devolver antecipadamente US\$ 4 bilhões ao FMI.”

### **Caso 3:**

**Título:** O retorno

**Autor:** “Vladimir Safatle, professor livre-docente do Departamento de filosofia da USP

**Trecho do texto:** “Neste final de semana, o Brasil voltou a ver manifestantes nas ruas. Era de esperar que, em algum momento, a insatisfação voltasse a explodir, pois, se há algo que caracteriza a política brasileira pós-junho, é a tentativa *autista* de fingir que nada aconteceu no país.”

Essas matérias, ao trazerem a deficiência como adjetivação na tentativa de demonstrar situações de lentidão, estranheza, timidez, isolamento, falta de inteligência, de ausência e de humanismo, amplificam o preconceito e levaram o jornalismo a se afastar do seu papel social de assegurar a proteção dos direitos humanos das pessoas com deficiência. Por meio dessas atitudes, percebe-se a importância da discussão desse tema em todas as esferas públicas, principalmente na imprensa que, segundo Juliotti (2022),

não é apenas “mais um pilar de diversidade, mas uma temática que levanta profundas questões teóricas, epistemológicas e metodológicas que enriquecem o estudo sobre comunicação e sociedade” (JULIOTTI, 2022, p.102). O entendimento e a abordagem na imprensa sobre as deficiências e o modelo social da deficiência têm impacto direto na percepção do público. A imprensa pode contribuir para uma sociedade capaz de perceber seu papel de inclusão para a pessoa com deficiência, ou o contrário.

Pelo modelo social da deficiência, os problemas da pessoa com necessidades especiais não estão nela tanto quanto estão na sociedade. Assim, a sociedade é chamada a ver que ela cria problemas para as pessoas portadoras de necessidades especiais, causando-lhes incapacidade (ou desvantagem) no desempenho de papéis sociais em virtude de: seus ambientes restritivos; suas políticas discriminatórias e suas atitudes preconceituosas que rejeitam a minoria e todas as formas de diferenças; seus discutíveis padrões de normalidade; seus objetos e outros bens inacessíveis do ponto de vista físico; seus pré-requisitos atingíveis apenas pela maioria aparentemente homogênea; sua quase total desinformação sobre necessidades especiais e sobre direitos das pessoas que têm essas necessidades; suas práticas discriminatórias em muitos setores da atividade humana (SASSAKI, 1999, s/n.).

## CONSIDERAÇÕES

A escolha de usar adjetivos no texto jornalístico vai na contramão das diretrizes do próprio veículo. O Manual de Redação da Folha de S.Paulo orienta os seus profissionais a tomarem cuidado com o recurso da adjetivação: “No texto noticioso, evite adjetivos que expressem juízo de valor, dado seu caráter subjetivo” (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 125).

No estudo de caso deste artigo, a atitude dos comunicadores pode ser considerada ainda mais delicada, uma vez que transformaram as deficiências em adjetivos para criticar um acontecimento ou pessoa. Verifica-se, portanto, não haver justificativa para a utilização de deficiências como adjetivos em textos jornalísticos. Nesta perspectiva, o jornalismo inclusivo exerce um papel essencial no combate ao capacitismo. O uso preconceituoso por parte daqueles que são responsáveis pelo conteúdo jornalístico reflete uma abordagem da imprensa brasileira contrária à defesa dos direitos humanos.

Ao se expressar usando uma deficiência como adjetivo, o jornalista demonstra falta de conhecimento e preparo para lidar com essa temática, diferentemente do que

---

ocorre em relação a outras áreas e assuntos, como economia, política e esporte. Da mesma forma que os comunicadores se preparam para produzir conteúdos diversos, observou-se por meio deste trabalho o não reconhecimento e valorização das pessoas com deficiência na grande maioria das matérias levantadas. O perfil dos textos na Folha de S.Paulo, evidencia o capacitismo e a naturalização de como ele acontece dentro da cobertura midiática. Uma amostra está no parágrafo a seguir, parte da resposta da Folha à repercussão que gerou 440 comentários no blog e Facebook do jornal como descontentamento à adjetivação usada pelo jornalista Jairo Marques para se referir aos autistas como "povão tchubirube", desconsiderando a Lei n.º 13.146 de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que prevê punição para atos discriminatórios contra pessoas com deficiência:

Em resposta à crítica de Luciana, a direção da Folha ressalta a importância de garantir a liberdade dos colunistas. "O jornal entende que o assunto é sensível e tenta tratá-lo com a delicadeza que ele merece. Mas os colunistas são livres para expressarem suas opiniões, na linguagem que os leitores se acostumaram. No caso do Jairo, leveza e descontração são a marca registrada de suas intervenções", diz o editor-executivo Sérgio Dávila (FOLHA DE S.PAULO, 2013, online).

Os donos das falas capacitistas externas ou dos colunistas representam a sociedade que exclui, quando deveria incluir. Não por compaixão, mas por dever. Professores, parlamentares, sociólogos, advogados, promotores, humoristas, empresários, escritores, policiais, atores, desembargadores, designers, filósofos, historiadores, marqueteiros, ministros, músicos, pintores, psicólogos, psiquiatras revelam que a origem do capacitismo pode vir de várias partes de um povo, trazendo à tona o não cumprimento de leis que protegem a dignidade de pessoas com deficiência.

O poder da imprensa ao dar visibilidade a indivíduos de diversas áreas amplifica o uso de adjetivos de maneira indevida ao usar características de pessoas com deficiência para diminuir algo ou alguém. A análise quantitativa no período de três décadas revelou não somente a escassez de pautas com o protagonismo de pessoas com autismo, 36 (4,35%) matérias, mas também a concentração de artigos relacionados à área do cinema e televisão, com 219 (42,52%), reforçando o estereótipo da pessoa com deficiência retratada na ficção, e não na vida real.

---

Deste modo, fica explícita a conduta de profissionais da área da comunicação que vão ao contrário das diretrizes do Código de Ética dos Jornalistas que, por princípio, deveriam defender os direitos humanos, os direitos do cidadão, contribuir para garantir direitos individuais e coletivos, em especial, de crianças, mulheres, adolescentes, idosos, pessoas negras e pessoas com deficiência, ao combater qualquer prática de perseguição ou discriminação por razões sociais, religiosas, raciais, de orientação sexual ou condição física ou mental (FENAJ, 2007). Espera-se que, de alguma forma, este trabalho contribua para a conscientização de uma produção midiática que respeite o ser humano e suas diferenças.

### Referências bibliográficas

ABREU, Tiago. **O que é neurodiversidade?** Goiânia: Ed Cãnone, 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE SP. **Lançamento do Manual dos Direitos da Pessoa com Autismo**. 2021. Disponível em <https://www.saopaulo.sp.leg.br/escoladoparlamento/cursos/cursos-antigos/cursos-realizados-em-2021/lançamento-do-manual-dos-direitos-da-pessoa-com-autismo/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

CDC. **Centro de Controle e Prevenção de Doenças**. 2021. Disponível em: <https://www.cdc.gov/>. Acesso em: 25 mai.2022.

FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas). Brasília: online, 2020. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FOLHA DE S.PAULO. **História da Folha**. 2022. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia\\_da\\_folha.shtml?fill=4](https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4). Acesso em: 25 mai. 2022.

FOLHA DE S.PAULO. **Folha é o jornal mais nacional do país e o de maior audiência e circulação**. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/foha-e-o-jornal-mais-nacional-e-o-de-maior-audiencia-e-circulacao.shtml>  
>. Acesso em: 05 jun. 2022.

FOLHA DE S.PAULO. **Marília Mendonça rainha da sofrência não soube o que é fracasso**. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/11/marilia-mendonca-rainha-da-sofrenca-nao-conheceu-o-fracasso.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FOLHA DE S.PAULO. **Manual de redação da Folha de S.Paulo**. São Paulo: Ed.PubliFolha, 2018.

---

FOLHA DE S.PAULO. **Gordofobia não perdoou Marília Mendonça nem no dia de sua morte**. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/11/gordofobia-nao-perdoou-marilia-mendonca-nem-no-dia-de-sua-morte.shtml>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FOLHA DE S.PAULO. **Ex-colunistas**. 2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/suzanasinger/2013/02/1225013-os-mal-acabados.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2022.

FOLHA DE S.PAULO. **Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo**. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/01/racismo-de-negros-contra-brancos-ganha-forca-com-identitarismo.shtml>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FOLHA DE S.PAULO. **Racismo reverso de Risério busca deslegitimar luta por igualdade racial**. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/01/racismo-reverso-de-riserio-busca-deslegitimar-luta-por-igualdade-racial.shtml>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

JULIOTTI, Renata. **Jornalismo humanitário inclusivo – da teoria à prática**: estudo sobre a inclusão profissional de jornalistas com paralisia cerebral. Orientador: Cilene Victor. 2022. 166 f. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, 2022. Disponível em: <<http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/2209/2/Renata%20Juliotti2.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

ICD. **CID-11 para Estatísticas de Mortalidade e Morbidade**. Disponível em: <<https://icd.who.int/browse11/l-m/en>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

LIESEN, M. **Comunicação e direitos humanos: elementos para um jornalismo responsável**. Curitiba: ED. Intersaberes, 2020.

LOPES, Bruna. **Não existe mãe-geladeira**: Uma análise feminista da construção do ativismo de mães de autistas no Brasil (1940-2019). Orientador: José Augusto Leandro. 2019. 291 f. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019. Disponível em <<http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2922>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

LYNCARIÃO, D; SAMPAIO, R. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

MARCOS MION. Brasil. 14 mar. 2022. Instagram: @marcosmion. Disponível em <<https://www.instagram.com/marcosmion/>>. Acesso em: 14 mar. 2022.  
Mentais, American Psychiatric Association (APA). **DSM-5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 2014. Disponível em: <[https://www.amazon.com.br/dp/B01GSII7ZW/ref=dp-kindle-redirect?\\_encoding=UTF8&btcr=1](https://www.amazon.com.br/dp/B01GSII7ZW/ref=dp-kindle-redirect?_encoding=UTF8&btcr=1)>. Acesso em: 110 mar. 2022.

---

OMS. **Oms publica versão final da nova classificação internacional de doenças.** 2022. Disponível em <<https://brasil.un.org/pt-br/172116-oms-publica-versao-final-da-nova-classificacao-internacional-de-doencas>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

OMS. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID).** 2022. Disponível em <<https://www.who.int/standards/classifications/classification-of-diseases#:~:text=ICD-11%20Adoption-,The%20latest%20version%20of%20the%20ICD%2C%20ICD-11%2C%20was,1st%20January%202022.%20...>>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

OPAS. **Transtorno do espectro autista.** Disponível em <<https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>>. Acesso em: 23 mar. 2022.  
PLANALTO. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** UEA. 2018. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm)>. Acesso em: 17 mar. 2022.

TISMOO. **Nova CID une os transtornos do espectro num só diagnóstico, assim como no DSM-5.** 2022. Disponível em: <<https://tismoo.us/destaques/cid-11-unifica-transtorno-do-espectro-do-autismo-no-codigo-6a02/>>. Acesso em: 20 mai. 2022

U.S.NEWS. **Autismo agora diagnosticado em 1 em cada 44 crianças, diz CDC.** 2021. Disponível em: <<https://www.usnews.com/news/health-news/articles/2021-12-02/autism-now-diagnosed-in-1-in-every-44-8-year-olds-cdc-says>>. Acesso em: 25 mai. 2022

VICTOR, Cilene. JULIOTTI, Renata. A pessoa com deficiência durante a pandemia: uma abordagem do jornalismo inclusivo. **Revista Latino-Americana de Jornalismo**, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo - UFPB, João Pessoa - Brasil, vol 8, n.2, p.167-189, jul/dez., 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ancora/article/view/60608/35109>>. Acesso em: 25. mai. 2022.

VICTOR, Cilene. A migração venezuelana na perspectiva do jornalismo humanitário. In: FARIAS, Luiz Alberto; LEMOS, Else; REBECHI, Claudia Nociolini. **Opinião pública, co- munição e organizações.** Convergências e perspectivas contemporâneas. São Paulo: Abrapcorp, 2020.